



**INSTITUTO FEDERAL**

Espírito Santo  
Campus Colatina

Plano de Ensino	
<b>Curso: Bacharelado em Sistema de Informação</b>	
<b>Componente Curricular: Ética e Legislação em Informática</b>	
<b>Período de Execução: 2019/02</b>	
<b>Professor (es): Joanita Araújo Espanhol</b>	
<b>Período Letivo: 8º período</b>	
<b>Carga Horária:</b> 30 horas	<b>Aulas Previstas:</b> 36 aulas.
OBJETIVOS	
<p><b>Geral:</b> Compreender os conceitos fundamentais de ética, as responsabilidades e direitos relativos ao exercício profissional na área de informática, incentivando a aplicação das normas visando à prevenção de conflitos e o desenvolvimento social.</p> <p><b>Específicos:</b></p> <p>Ler e interpretar doutrinas, legislação e jurisprudência aplicada à informática.</p> <p>Discutir sobre dilemas éticos associados ao exercício da profissão e a legislação relacionada.</p> <p>Oferecer noções básicas de direito contextualizando com aspectos profissionais relacionados ao exercício da atividade empresária.</p>	
EMENTA	
Ética e o profissional da informática. Direito aplicado à informática. Questões Empresariais. Propriedade Intelectual. Proteção Jurídica do Software. Contratos. Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação. Regulamentação do trabalho do profissional da informática.	
PRÉ-REQUISITOS E CO-REQUISITOS (SE HOVER)	
Não se aplica.	
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Nº AULAS
<b>1. 1. ÉTICA E O PROFISSIONAL DA INFORMÁTICA</b> 1.1. Contextualização da Ética, Moral, Direito e Filosofia. 1.2. Ética e Propriedade intelectual: sobre a Pirataria. 1.3. Mercado de trabalho e a Ética: A informatização e o desemprego	05
<b>2. DIREITO APLICADO À INFORMÁTICA</b> 2.1 Noções conceituais sobre o Direito 2.2. Pessoa Natural 2.3. Pessoa Jurídica 2.4. Direitos da Personalidade 2.5 Direito à liberdade de expressão, de informação e a segurança pública 2.6 Direito a privacidade e intimidade 2.7 Direito de Imagem 2.8 Redes sociais e provas judiciais	05
<b>3. QUESTÕES EMPRESARIAIS</b> 3.1 Empresário Individual x sociedade empresária 3.2 Registro 3.3 Nome empresarial 3.4 Estabelecimento empresarial 3.5 EIRELI 3.6 Sociedade Limitada	05

<b>4. Propriedade Intelectual</b> 4.1 Evolução Histórica 4.2. Convenções Internacionais (Berna e Paris) 4.3. Direito do Autor 4.3.1 Direitos Morais do Autor 4.3.2 Direito Patrimoniais do Autor 4.3.3. Direitos Conexos 4.4. Direito de Propriedade Industrial 4.4.1 Marca 4.4.2. Patente 4.4.3. Modelo de utilidade e desenho industrial	04
<b>5. Proteção Jurídica do Software</b> 5.1 Proteção sui generis, com aplicação subsidiária da LDA 5.2 Registro 5.2.1 Facultatividade 5.2.2 Procedimento no INPI 5.3 Auditoria de Software 5.4 Domínio Público 5.6. Da violação dos direitos autorais de <i>software</i>	04
<b>6. Contratos</b> 6.1 Conceito e requisitos. 6.2. Contrato de Prestação de Serviços 6.3. Negociação entre empresas de tecnologia da informação e entes estatais 6.4. Negociação entre empresas de informática e o consumidor final. 6.5 Contrato de Software 6.6. Assinatura Digital e o contrato informático: requisitos para sua validade	05
<b>7. Responsabilidade civil e penal sobre a tutela da informação</b> 7.1 Responsabilidade Civil 7.1.1 Pressuposto: Conduta, dano e nexos causal 7.1.2 Responsabilidade Subjetiva e Objetiva 7. 2 Marco Civil da Internet: 7.2.1 privacidade e proteção e dados 7.2. 2 Responsabilidade dos provedores 7.3 Responsabilidade penal 7.4 Conceito: crime digital 7.5 Classificação: crimes próprios e impróprios 7.6 A investigação e as provas dos crimes digitais 7.7 Panorama dos crimes digitais no Brasil	06
<b>8. Regulamentação do trabalho do profissional da informática.</b> 8.1 Projetos de Lei	02
<b>TOTAL</b>	36
<b>OBSERVAÇÃO:</b> Os conteúdos 2, 6 e 7 atendem à legislação no tocante à educação das relações étnico-raciais. É discutido na legislação trabalhista a construção e o respeito ao princípio da igualdade, dignidade da pessoa humana e a não discriminação, com fins de cumprimento da responsabilidade social das empresas e diminuição de segregações e	

exclusões sociais.		
<b>SÁBADOS LETIVOS</b>		
<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADES</b>	<b>NÚMEROS DE AULAS</b>
<b>ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM</b>		
Aula expositiva dialogada aliando a teoria à prática, contextualizando casos; Análise de situações levadas a justiça por descumprimento a legislação e princípios trabalhistas; Resolução de problemas apresentados pelos acadêmicos em consonância com a teoria apresentada; seminários e provas.		
<b>RECURSOS METODOLÓGICOS</b>		
sala de aula, projetor, quadro branco, internet: sítios de conteúdo jurídico, de reportagens do implicações digitais e consequências jurídicas		
<b>AValiação DA APRENDIZAGEM</b>		
<b>Critérios:</b> Será realizada avaliação diagnóstica buscando identificar a realidade de aprendizagem dos alunos para o desenvolvimento do processo, a partir de situações concretas, e constata as particularidades		<b>Instrumentos:</b> Prova escrita individual: duas, sendo o valor atribuído de 30 pontos cada. Seminário: 20 pontos. Paper: 20 pontos
<b>AÇÕES PEDAGÓGICAS ADEQUADAS ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS</b>		
Quando houver essa necessidade serão adotadas estratégias junto ao setor pedagógico e Napne do campus.		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Manual de Informática Jurídica e D. de Informática. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Direito da Informática. São Paulo: Edipro, 2002. ROSA, Fabrizio. Crimes da Informática. São Paulo: Bookseller, 2002.		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
ANGHER, Anne Joyce. Vade Mecum. 11 Ed. São Paulo: Rideel, 2013. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 27 Ed. São Paulo: Atlas 2011. PINHEIRO, Patrícia. Direito Digital Pinheiro. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SARHAN JÚNIOR, Suhel. Curso de direito empresarial. Rio de Janeiro: Processo, 2017.		

